

Imigrantes de língua alemã e as visões do paraíso da elite capixaba (1847-1862)

Georg Fischer*

Resumo: O artigo examina os discursos da elite sobre a imigração alemã à província do Espírito Santo. Mostra a articulação íntima entre uma geografia que imaginava o interior capixaba como um futuro empório de riqueza e a política de colonização empreendida pelo Estado. Fazendo uso de fontes brasileiras e estrangeiras, o artigo considera a representação do vale do rio Doce enquanto uma fronteira cultural, na qual os alemães figuravam como antítese civilizada do “selvagem” Botocudo.

Palavras-chave: Espírito Santo – imigração – fronteira

Abstract: The article explores elite discourses on early German immigration into the province of Espírito Santo, Brazil. It shows the intimate relationship between an imagined geography of the capixaba interior as an emporium of future wealth and state-supported colonization schemes. Drawing on both Brazilian and foreign sources, it considers the representation of the Doce river valley as a cultural frontier in which Germans were depicted as the civilized antithesis to the Botocudo “savages”.

Keywords: Espírito Santo – Immigration – Frontier

Em 1915, o chileno de descendência alemã Ernst Wagemann fez uma pesquisa sobre a adaptação dos alemães nos trópicos – uma questão altamente relevante no contexto das aspirações do governo alemão de povoar as suas colônias africanas com colonos da mãe-pátria.¹ Wagemann, por conseqüência, propôs-se a estudar a “maior colônia alemã nos trópicos”, que identificou num pequeno estado na costa atlântica do Brasil: no Espírito Santo, com sua população “alemã” de 18.000 habitantes.² Setenta anos antes, estes alemães tinham sido parte de um outro projeto colonizador: o das elites brasileiras de integrar o território nacional. O propósito desse artigo é mostrar alguns dos elementos do experimento feito pelas elites imperiais e provinciais no momento em que se iniciou a instalação de alemães no Espírito Santo, na década de 1840.

Adoto uma perspectiva com a qual pretendo contribuir aos estudos da colonização do interior brasileiro que supõe a existência de frentes múltiplas e dinâmicas e que analisa as interações nas frentes como processos abertos e indecisos.³ Além de ser um espaço de contato cultural e material, trato a frente ou o “sertão” como paisagem imaginada. A noção de frente como conjunto de linhas imaginadas por uma variedade de atores, segue a proposta de Regina Horta Duarte, a qual afirma “que as significações e os simbolismos construídos acerca da natureza são tão dinâmicos e mutáveis como as identidades que as sociedades constroem para si”.⁴ Em outras palavras, as percepções e simbolizações da natureza, como as “selvagens” e os “espaços vazios”, são tão importantes nos processos históricos quanto as conjunturas de intercâmbio material.⁵

O meu argumento é que o assentamento dos colonos de língua alemã não foi meramente uma conseqüência de mudanças econômico-estruturais, mas que ele só pode ser compreendido se levado em conta o significado simbólico do território do Espírito Santo central e, mais especificamente, do sertão do rio Doce capixaba. A inquietante ausência de “desenvolvimento” no vale do rio Doce até chegou a ser o tema de um debate internacional.⁶ Desde 1847, a elite política apostou num crescente número de imigrantes estrangeiros para lograr a transformação da paisagem no sertão. A longo prazo e com a ajuda dos imigrantes, a região central do Espírito Santo deveria se tornar a espinha dorsal econômica da província. Deveriam satisfazer o ideal que só via a possibilidade de atingir a “civilização” na figura do colono trabalhador e geograficamente estável.

* Professor Assistente, Instituto de Estudos Latino-Americanos (LAI), Universidade Livre de Berlim, Departamento de História da América Latina. Email: g.fischer@fu-berlin.de

¹ Agradeço Douglas Fusco dos Santos pela ajuda na tradução.

² WAGEMANN, Ernst. *Die deutschen Kolonisten im brasilianischen Staate Espirito Santo*. Munique/Leipzig, Duncker & Humblot. 1915.

³ LANGFUR, Hal. *The Forbidden Lands. Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830*. Stanford, Stanford University Press. 2006; MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: *Tempo Social*. Vol. 8, n. 1. 1996. p. 25-70.

⁴ DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: O caso do Brasil. In: *Luso-Brazilian Review*. 2005. Vol. 41, n. 2. 2005. p. 144-161.

⁵ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Ed. Revan, Univ. Candido-Mendes. 1998; SOUZA, Candice Vidal e. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia, Ed. da Universidade Federal de Goiás. 1997; MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVII e XIX. In: *Revista de Antropologia*. Vol. 40, n. 2. 1997. p. 183-221.

⁶ Ver FISCHER, Georg. *Opening Up Rio Doce. Indians, Immigrants and Infrastructure in Imperial Brazil, 1847-1886*. Tese de mestrado, University of Essex, UK, Department of History. 2006. Orientação: Dr. Matthias Röhrig Assunção.

1. Antecedentes

O estabelecimento das colônias alemãs tem de ser analisado tendo em conta a história peculiar dessa frente de expansão.⁷ Com o auge da economia do ouro em Minas Gerais, o vale do rio Doce passou a ser declarado zona proibida que não devia ser cruzada por vias de comunicação, pois, para não arriscar o monopólio da coroa, era preciso que a exportação se fizesse exclusivamente através do Rio de Janeiro e o vale do rio Doce não devia se tornar uma rota de contrabando. As décadas da decadência das minas de ouro em Minas, na segunda metade do século XVIII, tinham convertido o sertão do rio Doce mineiro em destino de muitos que fugiam da miséria das cidades, o que provocara contatos violentos entre colonos e indígenas. Mesmo assim, quando, depois da transferência da Corte, D. João VI abriu a região para a construção de vias de comunicação, o vale do rio Doce – tão perto de importantes centros urbanos e da costa atlântica – estava povoado por vários grupos indígenas. Até a década de 1830, a coroa reagiu à persistência dos índios com uma política de guerra genocida e com a reinstauração da escravidão indígena.⁸ Nessa época, fixou-se a imagem do Botocudo selvagem e canibal, “Botocudo” sendo mais que tudo uma metáfora para “inimigo”.⁹

Sendo considerada uma das províncias mais miseráveis durante o Império, o Espírito Santo caracterizou-se por uma significativa fragmentação econômica. Depois do fim do tráfico de escravos africanos, no Espírito Santo o número de cativos sofreu um crescimento dramático com a expansão da produção cafeeira, sobretudo no vale do Itapemirim, sul da província, e nos arredores da capital da Vitória.¹⁰ Em 1872, a estatística mostra um escravo para 2,6 habitantes livres, sendo a média nacional de um para 5,5.¹¹ Mas a região de Itapemirim fazia parte da periferia do vale do Paraíba fluminense onde, por volta de 1860, as fazendas quase não podiam expandir mais por falta de terras. A obtenção de novas terras era mais fácil no sul do Espírito Santo, onde a abundância de “matas virgens” e terras devolutas representou um forte incentivo para imigrantes das províncias vizinhas.¹² A falta de infra-estrutura, porém, favoreceu o transporte direto da safra para o Rio de Janeiro, prática que foi afrontada pelos estadistas provinciais da administração em Vitória.¹³ Nos arredores de Vitória a produção cafeeira baseou-se menos na expansão territorial, mas se desenvolveu de forma complementar ao declínio prolongado das plantações de cana.¹⁴ Aqui, o café absorveu gradualmente o trabalho escravo previamente destinado à cana, o que fez com que a população escrava crescesse somente 40 por cento na região capitalina, enquanto aumentou 168 por cento em Itapemirim, entre 1856 e 1872.¹⁵

Essa fragmentação regional-econômica teve a sua expressão política. Como sugeriu Geert Banck, a política capixaba durante o Império era dominada por grupos urbanos da cidade de Vitória e por fazendeiros dos arredores onde a economia açucareira ficou cada vez mais fraca e o café se desenvolveu de forma muito menos dinâmica que no sul da província. Por isso, aparentemente os fazendeiros do vale do Itapemirim não tiveram um papel decisivo na formulação da política provincial. Não pagavam impostos de exportação ao governo capixaba e não demonstravam muito interesse pela redução da distância a Vitória e das limitações do poder administrativo por causa da falta de infra-estrutura e de meios de transporte.¹⁶ Não se interessavam pela imigração até a instauração da República. Ignoravam as tentativas dos governos imperiais e provinciais em estabelecer colônias de imigrantes no Espírito Santo. Por causa disso, durante o século XIX, o governo do Espírito Santo tentou incentivar o estabelecimento de colônias agrícolas quase sem a interferência dos fazendeiros. Vários presidentes da província se tornaram promotores da colonização européia quando seguiram suas carreiras no governo imperial, mantendo o seu apoio aos esquemas da colonização capixaba. Além de elevados ingressos fiscais, os europeus prometiam dar à terra o tratamento do qual precisava – cultivo intensivo por trabalhadores rurais estáveis e livres com conhecimentos em tecnologias modernas. Europeus funcionariam como exem-

⁷ Uma interpretação recente e excelente até a década de 1830 é ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce*. Bauru, EDUSC/Ed. Univalle/Instituto Terra. 2005.

⁸ Ver CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: *Ibid.* et al. (ed.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, FAPESP/Companhia das Letras. 1992. p. 133-154.

⁹ LANGFUR, Hal. Uncertain Refuge: Frontier Formation and the Origins of the Botocudo War in Late Colonial Brazil. In: *Hispanic American Historical Review*. Vol. 82, no. 2. 2002. p. 214-256, aqui p. 224-5.

¹⁰ ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro, Graal. 1984. p. 64-75; BITTENCOURT, Gabriel. *Café e modernização. O Espírito Santo no século XIX*. Rio de Janeiro, Catedra. 1987. p. 30-31.

¹¹ ALMADA, op.cit., p. 71.

¹² ALMADA, op.cit., p. 75-84.

¹³ ALMADA, op.cit., p. 86.

¹⁴ ALMADA, op.cit., p. 62-64, 73-74; BITTENCOURT, op.cit., p. 29.

¹⁵ ALMADA, op.cit., p. 70.

¹⁶ BANCK, Geert. *Dilemas e símbolos. Estudos sobre a cultura política do Espírito Santo*. Vitória, IHGES. 1998. p. 26.

plos aos brasileiros nativos que “vegetavam” em economias extrativistas ou de subsistência sem empenhar-se na produção para a exportação. Finalmente, a expansão das colônias européias deveria pôr fim à dominação das florestas e vales entre os rios Doce e São Mateus pelos Botocudo.

Dois tipos de colônias estabeleceram-se e serviram de exemplos nos debates sobre imigração e colonização. Algumas colônias inspiraram-se na idéia de que, uma vez estabelecido um núcleo ou “germe” de civilização no interior, este serviria para atrair mais colonos e que logo se ligaria às vias de transporte. O outro tipo aspirou iniciar novos assentamentos perto dos centros que logo expandiriam às periferias. Apoiados em novas infra-estruturas, mas também forçados pelo mau solo, os colonos avançariam pelos vales, difundiriam a “civilização” e a “cultivação” nos sertões.

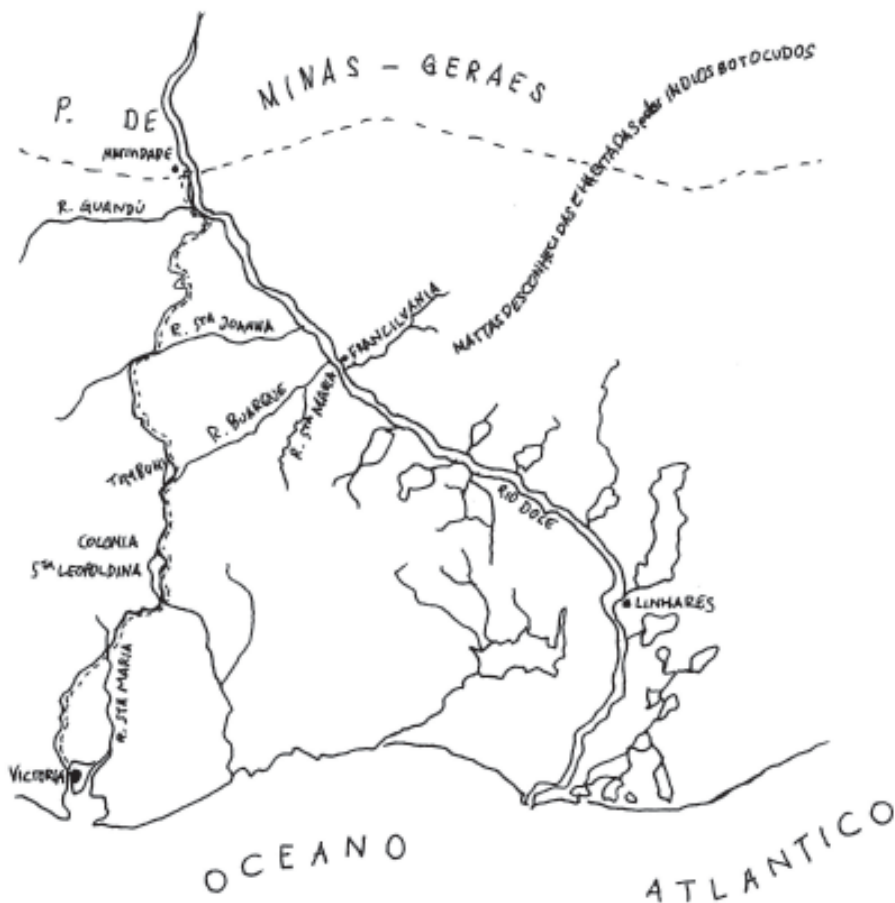


Fig. 1: Mapa do interior central do Espírito Santo, que mostra também a estrada de ferro de Vitória à Natividade, projetada em 1876¹⁷

2. Santa Isabel e os começos da colonização do interior capixaba

Em 1847 um grande número de imigrantes europeus chegou no Rio de Janeiro. O então presidente da província do Espírito Santo, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, achava que a terra capixaba oferecia tudo o que o colono estrangeiro poderia desejar, já que a província possuía “grande extensão de matas riquíssimas, ainda devolutas”, e eram “terrenos muito férteis para toda a sorte de cultura”. A terra era até mesmo aurífera “em vários pontos”. Ferraz chamou especial atenção ao fácil transporte, pois a sua província era “[q]uase cortada de rios navegáveis, cheia de portos”.¹⁸ Conseguiu convencer o governo imperial a mandar 163 colonos alemães para o Espírito Santo para fundar a colônia de Santa Isabel.¹⁹ A colônia localizou-se na proximidade de Viana, um povoado de açorianos já trazidos ao

¹⁷ Em: ALVES, Hermillo Candido da Costa. *Estrada de Ferro da Victoria para Minas. Relatório apresentado ao Sr. Thomaz José Coelho, Ministro e Secretario de Estado de Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, pelo engenheiro Hermillo Candido da Costa Alves, Chefe da comissão de estudos*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional. 1876.

¹⁸ ESPÍRITO SANTO [ES 1847]. *Relatório do presidente da provincia do Espírito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1847*. Rio de Janeiro, Typ. do Diario de N.L. Viana. 1848. p. 36.

¹⁹ ES 1847, op.cit., p. 37.

Espírito Santo na época de D. João VI. Mesmo sendo perto da capital provincial, a infra-estrutura disponível – navegação nos rios Jucú e Santo Agostinho, estradas a Viana e ao interior de Minas Gerais – existia somente nas promessas do governo.²⁰ Mesmo assim, os subsídios do governo central e o suporte local dos açorianos e dos fazendeiros de Queimados que mandaram escravos e canoas para ajudar na chegada dos alemães corroboraram as esperanças de que o Espírito Santo estava em condições de se tornar uma das destinações preferidas dos europeus.²¹

As autoridades identificaram dois obstáculos na colonização do interior central: primeiro, na metade do século XIX, um bom número de índios “selvagens” habitavam a região ao sul do Rio Doce, perto de Vitória. Wagemann cita relatos que mencionavam várias dúzias de Botocudo que sob supervisão do governo tinham preparado roças para os colonos. Na chegada dos alemães, os índios se dispersaram na floresta e a colônia passou a ser protegida pela polícia militar contra ataques dos Botocudo.²² Segundo, as doenças impediam a fácil adaptação dos europeus no ambiente capixaba. O movimento à interiorização começou-se nos anos em que o governo provincial iniciou campanhas de vacinação. Embora o cirurgião provincial, Phillippe Pornin, enfrentava resistências, evasões, e “*maus resultados*”, a vacina foi considerada um requisito crucial para a sobrevivência dos alemães na febril mata atlântica.²³

Sendo a primeira experiência de colonização satisfatória, os últimos anos da década dos 1840 marcaram uma mudança na percepção do sertão, porque o ideal de transformar as riquezas latentes do território capixaba em prosperidade material agora parecia estar ao alcance. Ferraz expressou esse novo quadro no qual a paisagem capixaba passou a ser visto:

“Sobram-nos lugares, onde assentar muitas colônias agrícolas. Aí estão essas riquíssimas e tão invejadas terras das antigas minas do Castelo. Aí estão as fertilíssimas e tão abandonadas, gigantescas florestas, que se estendem por um e outro lado do Rio Doce; aí estão as matas de Guarapary, e de outros municípios da província, todas mais ou menos perto de portos de mar, e da navegação fluvial.”²⁴

Dá em diante o sertão foi visto, nas palavras do presidente José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, cheio de “*mananciais de prosperidade e grandeza*”.²⁵ Todos os elementos naturais agora tornaram-se recursos transformáveis, até “[a] onça, a anta, toda a sorte de pássaros, com que se poderia enriquecer uma bela e caprichosa coleção zoológica”.²⁶ Tentativas anteriores, como o estabelecimento de delinqüentes e vadios em Lindares, agora foram repudiadas e só voltaram a aparecer quando, por volta de 1860, o Espírito Santo tinha ganho uma má reputação como destinação para migrantes europeus. Durante as décadas de 1840 e 1850, porém, o que dava ainda maior satisfação ao governo era o fato de que os colonos chamavam os seus compatriotas a seguir consigo para o Espírito Santo, como Ferraz reportou: “*Sei de muitos que não escreveram para Alemanha convidando seus parentes e amigos a virem se estabelecer na província, fazendo-lhes sentir o agasalho e hospitalidade que receberam e todas as vantagens que não encontraram a par dos lucros, que esperam tirar da cultura das terras, em que se acham estabelecidos*”.²⁷ Ferraz logo seguiu a sua carreira como Ministro do Interior no governo imperial e, nessa posição, continuou apoiando a colonização do interior do Espírito Santo.²⁸

3. Santa Leopoldina como “núcleo de radiação”

Durante a década de 1850 a entrada de mais imigrantes de origem européia – principalmente oriundos de estados membros da Confederação Germânica, da Suíça, da Áustria e dos Países Baixos – permitiu a fundação de mais colônias estrangeiras. Em 1856 fundou-se o núcleo colonial de Rio Novo, ao sul de Santa

²⁰ ES 1847, op.cit., p. 37.

²¹ ES 1847, op.cit., p. 40.

²² WAGEMANN, op.cit., p. 28-29.

²³ Sobre os resultados das campanhas de Pornin, ver, por exemplo, a tabela em ESPÍRITO SANTO [ES 1846]. *Falla dirigida á Assembléa Legislativa da provincia do Espirito Santo na abertura da sessão ordinaria do anno de 1846 pelo exm. vice-presidente da mesma provincia, Joaquim Marcellino da Silva Lima*. Rio de Janeiro, Typ. Brasiliense de F.M. Ferreira. 1846. Anexo M4. Os números de pardos e pretos vacinados era muito maior do que os de brancos e índios. Isso mostra que a injeção podia ser forçada mais facilmente nos escravos.

²⁴ ESPÍRITO SANTO [ES 1848a]. *Relatorio do presidente da provincia do Espirito Santo, o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1.º de março de 1848*. Rio de Janeiro, Typ. do Diario de N.L. Viana. 1848. p. 27-28.

²⁵ ESPÍRITO SANTO [ES 1856]. *Relatorio que o exm. senr. presidente da provincia do Espirito Santo, o doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1856*. Vitória, Typ. Capitaniense de P.A. d’Azereido. 1856. p. 40.

²⁶ ES 1856. p. 40.

Isabel.²⁹ Essas duas colônias combinadas foram projetadas como forma de colonizar o interior rumo a sudoeste. Particularmente, Rio Novo integrou-se cada vez mais na região de Itapemirim e teve contatos intensos com os portos de Guarapari e Benevente. Mesmo assim, a colonização do interior central gozava de mais prioridade nos olhos dos governantes capixabas. Por um lado, dada a integração da região sul com a província do Rio de Janeiro, a colonização no sentido de Itapemirim não prometia grandes benefícios à província. Por outro lado, o vale do rio Doce, espaço místico de nebulosa riqueza, despertou as fantasias dos presidentes, como bem exemplifica a opinião de Pedro Leão Velloso, em 1859, que “[a]s férteis terras, que [...] ficam na zona de serras á cima, são produtivas de desafiar a [i]migração, e esta irá caminhando até chegar ao vale do rio Doce; e então, Srs. [deputados provinciais], podereis glorificar-vos com a sorte de vossa província”.³⁰

Até essa altura, todas as tentativas de estabelecer assentamentos permanentes nas margens do rio Doce, com a exceção de Linhares, tinham sido meras fantasias ou fracassos reais. Um ano depois da fundação de Santa Isabel, o vice-presidente Almeida Monjardim retomou o assunto e discutiu as novas perspectivas que oferecia a imigração para o vale do rio Doce. Embora o rio preocupava vários governos provinciais e ninguém negava “[a] fertilidade de suas margens, os pastos nativos, que nelas se encontram, e sobretudo as madeiras de lei, e de construção naval, em que suas matas abundão”, ficara fora do alcance de colonos e do comércio regular.³¹ A entrada dos europeus na província inspirou novas idéias. Monjardim propôs uma colônia açoriana nas margens do rio Doce. Enquanto a província já fizera boas experiências com a colônia de “ilhéus” de Viana, restavam sérias dúvidas se os europeus – o que na fala oficial significava “alemães” – eram capazes de lidar com as condições ambientais e materiais naquela região. Por isso, Monjardim concluiu, os açorianos “aplanarão o terreno para virem estabelecer-se colonos de outra nação”.³²

Em 1856 a idéia de criar “núcleos de radiação” nas margens do rio Doce foi novamente adotada quando Nicolao Rodrigues dos Santos França Leite assinou um contrato com o governo imperial. Em troca de terras concedidas, o contrato obrigava-o a introduzir 2.000 europeus num prazo de cinco anos à sua colônia privada Francilvânia.³³ Os governantes alegraram-se em ver França Leite explorar o rio Doce por conta própria num pequeno navio que lhe facilitou percorrer a distância entre Vitória e suas terras na margem norte do rio Doce entre os rios Pancas e Santa Maria.³⁴ De fato, França Leite parecia uma das primeiras pessoas determinadas a desenvolver algum tipo de atividade no vale onde a terra ainda estava dividida em sesmarias incultas desde época colonial.³⁵ Em 1876, Hermillo Alves confirmou que França Leite fora o primeiro a navegar no rio Doce num veleiro de 38 toneladas. Essa fonte também fala de 40 colonos trazidos a Francilvânia.³⁶

Mas em 1860 o esforço de França Leite teve um fim que criou uma lenda durável sobre Francilvânia: a história do pobre Avelino dos Santos, familiar próximo de França Leite, que na lenda foi morto e devorado pelos índios.³⁷ Até os anos 1880, acham-se várias versões da história que permitem supor que a lenda teve um forte impacto no discurso sobre o rio Doce. Em 1876, Hermillo Candido da Costa Alves, explorando a futura estrada de ferro de Vitória a Minas, lamentou: “A vizinhança dos índios botocudos e a lembrança do bárbaro assassinato do laborioso cidadão Avelino dos Santos França Leite, praticado por aqueles canibais em 1860, afugentaram os pretendentes aos lotes de terras que eram oferecidos por preço excessivamente reduzido”.³⁸ Quando, em 1883, o engenheiro escocês David Angus atravessou a região pelo mesmo motivo de Alves, escreveu numa carta à sua noiva: “Na margem oposta [do rio Doce] nunca teve homens brancos, alguns jesuitas estabeleceram uma missão diretamente oposta onde estamos agora há alguns 25 anos, mas os índios expulsaram eles e capturaram o sobrinho do chefe da missão, um moço. Comeram ele e deixaram um arco fincado no solo com as suas costelas em cima”.³⁹

²⁷ ES 1848a. p. 27.

²⁸ TSCHUDI, Johann Jakob von. *Reisen durch Südamerika*. Vol. 3. Stuttgart, F.A. Brockhaus. 1971 [1867]. p. 7.

²⁹ Originalmente, Rio Novo fora estabelecido como uma colônia privada do ex-trafficante de escravos Caetano Dias da Silva, quem trouxe alguns imigrantes chineses. A história deles foi bastante trágica e pouco depois o seu número foi superado por portugueses e franceses, e, mais tarde, por colonos suíços, holandeses e belgas. Ver TSCHUDI, Johann Jakob von. *Relatório do Enviado Extraordinário ao Brasil, Sr. de Tschudi, sobre as Colônias de Santa Isabel, Santa Leopoldina e Rio Novo*. Tradução Nara Saletto. In: Idem. *Viagem à Província do Espírito Santo. Imigração e Colonização Suíça, 1860*, ed. Cilmar Franceschetto. Vitória, Arquivo Público do Estado de Espírito Santo. 2004. p. 27-53. Sobre Rio Novo, ver *ibidem*, p. 43-52. Ver também FRANCESCETTO, Cilmar. *Dados sociológicos da imigração suíça no Espírito Santo*. In: TSCHUDI. *Viagem*, p. 153-170, aqui p. 154; WAGEMANN, *op.cit.*, p. 31-32.

³⁰ ESPÍRITO SANTO [ES 1859]. *Relatório do presidente da província do Espírito Santo, o bacharel Pedro Leão Velloso, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859*. Vitória, Typ. Capitaniense de P.A. d’Azeredo. 1859. p. 38.

³¹ ESPÍRITO SANTO [1848b]. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Antonio Pereira Pinto entregou a presidência da província do Espírito Santo, Exm. Sr. Commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da mesma, 30 de novembro 1848*. Vitória: Typ. Capitaniense de P.A. d’Azeredo. 1849. p. 27-28.

³² ES 1848b, *op.cit.*, p. 29.

³³ ESPÍRITO SANTO [ES 1857a]. *Relatório que o exm. sr. barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1857*. Vitória, Typ. Capitaniense de P.A. d’Azeredo. 1857. p. 17.

³⁴ ESPÍRITO SANTO [ES 1858]. *Relatório que o exm. sr. commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1858*. Vitória, Typ. Capitaniense de P.A. d’Azeredo. 1858. p. 13.

Na narrativa de Angus, os Botocudo aparecem declarando guerra à civilização – representada pelos fictícios “jesuítas” – deixando sinais visíveis da sua barbaridade.⁴⁰ Entre junho de 1885 e janeiro de 1886, um empregado da Alagoas Railway e aventureiro amador, William Steains, explorou o rio Doce e apresentou, na Royal Geographical Society, em 1888, o relato mais detalhado do acontecimento. Indicou o seu “língua” Moreira, amigo de Avelino, como testemunha ocular. Steains relatou que Francilvânia tivera contato freqüente com os Botocudo vizinhos que visitavam o assentamento para receberem presentes e alimentos. Uma vez, quando Nicolau França Leite viajara para o Rio de Janeiro, os Botocudo “*apanharam antipatia contra o Avelino. Porque [...] não sei dizer*”. Na narrativa de Steains, a morte de Avelino é trágica (“*Avelino preste a se casar com uma jovem dama brasileira bem-situada*”) e heróica (“*[...] o jóvem estava surdo aos conselhos que lhe foram dados e corajoso permaneceu no seu posto*”). Steains tentou capturar seu público com detalhes minuciosos enfatizando a autenticidade do relato:

“[N]ão havendo mais cachorros para matarem, eles puseram fim ao próprio Avelino, batendo o machado transversalmente ao longo da nuca, enquanto ele estava jantando tranqüilamente. Depois de incendiarem as poucas cabanas de palma que formavam a colônia, eles cortaram o pobre Avelino em pedaços do tamanho de uma mão, o cozinharam, e, depois de descansarem um momento para permitir a digestão fazer o seu trabalho, voltaram a retirar-se às suas matas nativas.”⁴¹

A divisão binária entre a terra civilizada e a terra selvagem obteve sua expressão geográfica no curso do rio Doce. Não parecia ser um lugar adequado para estabelecer “núcleos de radiação” e em 1861 José Fernandes da Costa Pereira Junior admitiu que a morte de Avelino mostrou que os sertões do vale do Doce “*só lentamente irão atraindo a população*”.⁴² Em 1876 Alves concluiu que de Francilvânia “*não resta o mínimo indício*”.⁴³

Na conquista e no povoamento do rio Doce, a fundação de Santa Leopoldina, em 1857, representou um princípio mais esperançoso aos olhos da elite política do Espírito Santo. Os primeiros colonos foram imigrantes suíços que foram mandados ao Espírito Santo pelo governo imperial, depois de terem protestado contra as condições de vida na colônia de Ubatuba, na província de São Paulo. Pouco depois, juntaram-se a eles imigrantes da Confederação Germânica, sobretudo da Prússia, mas também dos Países Baixos e do Tirol.⁴⁴ O principal critério para a escolha do local no rio Santa Maria da Vitória com seus arredores montanhosos foram as boas condições de transporte e a proximidade da cidade de Vitória. Barcos pequenos podiam navegar no Santa Maria até Porto do Cachoeiro, a nove horas da capital.⁴⁵ Enquanto a parcelas destinadas aos colonos espalharam-se pela serra, Porto do Cachoeiro, perto da fazenda de Nova Coimbra, desenvolveu como centro administrativo com vendas menores.⁴⁶

Logo após a chegada dos primeiros colonos, o assentamento expandiu-se em direção aos afluentes do rio Doce, em parte devido a um crescente número de colonos, em parte devido ao solo infértil.⁴⁷ Geralmente, esse processo ocorreu de forma não regulada. Os colonos próprios costumavam derrubar novos terrenos ou comprar terras já desflorestadas por posseiros.⁴⁸ Logo, muitas vezes em circunstâncias precárias, tinham seus terrenos cadastradas por conta própria para obter o título legal. O solo infértil e a necessidade de cultivar produtos vendáveis para pagar dívidas acumuladas na viagem e na medição de terras, estimulavam a contínua expansão territorial. Isso, porém, não se contradizia ao papel estratégico dos “núcleos de radiação”. A despeito da declaração do barão de Itapemirim, em 1857, que “*lo[s] terrenos que se perdem no sertão desde que começam as cachoeiras do rio Santa Maria são ... cobertos de uma virente vegetação que dão à colônia a mais bela perspectiva de futura prosperidade*”, o problema do solo infértil foi reconhecido pelas autoridades capixabas antes da dura condenação por Tschudi.⁴⁹ Em 1861, Antonio Alves de Souza Carvalho expressou precisamente as vantagens

³⁵ ESPÍRITO SANTO [ES 1857b]. *Relatório com que o exm. sr. presidente da Província do Espírito Santo, o doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, passou a administração da Província ao exm. sr. José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente, no dia 13 de fevereiro de 1857*. Vitória: Typ. Capitaniense de P.A. d’Azeredo. 1857. Annex S, p. 14-24.

³⁶ ALVES, H., op.cit., p. 8-9.

³⁷ ESPÍRITO SANTO [ES 1861b]. *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Vitória: Typ. Capitaniense de Pedro Antonio d’Azeredo. 1861. p. 86.

³⁸ ALVES, H., op.cit., p. 44.

³⁹ ANGUS, David a Mary Wilson. National Library of Scotland. David Angus Papers. Acc. 6905/1. 11 de agosto de 1883.

⁴⁰ É possível que os relatos orais a que se refere Angus misturaram a história de Francilvânia com uma tentativa de estabelecer um aldeamento capuchinho nas margens do rio Pancas, perto de Francilvânia, em 1858. Ver ALVES, H., op.cit., p. 16.

⁴¹ STEAINS, William John. An Exploration of the Rio Doce. In: *Proceedings of the Royal Geographic Society and Monthly Record of Geography*, New Monthly Series, vol. 10, no. 2. 1888. p. 61-84, essa e citações anteriores p. 66.

⁴² ES 1861b, p. 86.

⁴³ ALVES, H., op.cit., p. 9.

⁴⁴ Ver as tabelas em WAGEMANN, op.cit., p. 32. Sobre a revolta dos imigrantes em Ubatuba que tinham contratos de parceria, ver LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Da escravidão ao trabalho livre. A lei de locação de serviços*. Campinas, Papirus. 1988. p. 43.

⁴⁵ ES 1857a, op.cit., p. 17; TSCHUDI, Relatório, p. 32.

⁴⁶ WAGEMANN, op.cit., p. 32-33.

⁴⁷ EGLER, op.cit., p. 147-180.

⁴⁸ WAGEMANN, op.cit., p. 36.

⁴⁹ ES 1857a, op.cit., p. 17.

da necessidade dos colonos de expandirem seus terrenos: “Não sendo os terrenos deste município ... dos mais férteis da província, também não são os mais felizes para o estabelecimento de colônias. Todavia era talvez mister começar por aí a marcha da colonização, partindo dos lugares mais povoados e da proximidade dos mercados para as ermas e férteis regiões do sul e do norte da província”.⁵⁰ Santa Leopoldina e a sua necessidade de expandir ao vale do rio Santa Maria do Rio Doce estava em completa uniformidade com esse pensamento. Carvalho previa o movimento da colonização em direção aos rios Doce e Guandu, e, logo, até Cuieté, em Minas Gerais.

O relato difamante de Johann Jakob von Tschudi sobre a situação dos colonos, o *Rapport de L'Envoyé Extraordinaire au Brésil, Mr. de Tschudi, sur les Colonies de Santa Isabel, Santa Leopoldina et Rio Novo, etc.*, e logo, numa versão ainda mais negativa, como parte de seu *Reisen durch Südamerika*, despertou uma grave preocupação por parte de uma elite que sonhava com crescentes números de imigrantes. Denunciou que a má qualidade geral do solo enganara os colonos suíços na alocação de terras, que não contavam com bastantes subsídios, que eram forçados a trabalhar na construção de estradas por causa da sua miséria econômica e, por conseqüência, negligenciavam seus cultivos, e que estavam fisicamente enfermos por causa da má alimentação.⁵¹ Em resumo, ele julgou que “a colônia de Santa Leopoldina não tem futuro”. Reclamou que todos os subsídios tinham sido mal-gastos e demandou que o governo parasse de enviar mais colonos.⁵² Tschudi provocou uma controvérsia sobre uma campanha de propaganda que o governo imperial iniciara depois da visita de D. Pedro II, em Santa Leopoldina, em 1860. Pouco depois da partida do Imperador, o fotógrafo francês Victor Frond tirou uma série de fotografias mostrando colonos felizes em frente de suas casas cercados por uma natureza exuberante.⁵³ Tschudi não era o primeiro observador crítico das políticas imigratórias do Brasil. Já na década dos 1850, havia debates acalorados na Europa em torno das condições de vida dos colonos no Brasil, especialmente após (após) o desastre no rio Mucuri, que foi relatado por Robert Avé-Lallemant e que fez com que a Prússia proibisse a propaganda dos agentes brasileiros.⁵⁴

Em 1862, José Fernandes da Costa Pereira Junior, que logo se tornaria ministro de agricultura e membro do conselho do estado, permanecendo sempre um propagandista ardente das colônias imigrantes,⁵⁵ discutiu as incriminações de Tschudi na assembléia provincial, e mostrou uma grande preocupação pela imagem pública do Espírito Santo na Europa. Segundo ele, os imigrantes europeus que chegavam no Brasil “em sua maioria, se não na totalidade, não se distinguem por índole laboriosa, nem se compunham de agricultores”, e esperavam “que em nosso país o solo produza com a maravilhosa fecundidade de Canã – a terra da promessa”.⁵⁶ E em conseqüência, propaganda como formulada por Tschudi – “calúnias de alguns hóspedes ingratos” – pintaria uma imagem exageradamente negativa do Brasil como destinação de emigrantes europeus.⁵⁷ Reconhecendo que o solo de alguns dos terrenos destinados aos colonos em Santa Leopoldina tinha sido de má qualidade, Pereira solicitou aos representantes provinciais: “entregai à maioria [d]os colonos removidos de Ubatuba as terras fertilíssimas do rio Doce, dai-lhe[s] instrutores, diárias, instrumentos de trabalho, as primeiras derrubadas para criação de pastagens e assentamento da habitação”.⁵⁸ Mas esta proposta nunca foi realizada. Mesmo assim, ela revela como a imagem do vale do rio Doce podia ser usada em argumentos políticos. O rio Doce simbolizava o caminho à redenção da província e a previsão de um futuro mais brilhante.

4. Conclusão

As políticas imigratórias das décadas dos 1840 até 1860 foram intimamente ligadas ao imaginário da paisagem e às práticas de colonização do vale do rio Doce. Na ausência de processos “automáticos” de interiorização – pressão demográfica ou expansão de uma monocultura particular – idéias sobre as melho-

⁵⁰ ESPÍRITO SANTO [ES 1861a]. *Relatorio com que o exm. sr. dr. Antonio Alves de Souza Carvalho, ex-presidente da Provincia do Espirito Santo, passou a administração da mesma ao exm. sr. dr. João da Costa Lima e Castro, primeiro vice-presidente, no dia 11 de março de 1861*. Vitória, Typ. Capitaniense de P. A. d’Azeredo. 1861. p. 11. O argumento de Carvalho de que as condições em Santa Leopoldina incentivavam a colonização do interior era provavelmente uma tentativa de diminuir a crítica de Tschudi com a intenção de salvar sua carreira.

⁵¹ Tschudi, ‘Relatório’, p. 37-38.

⁵² Tschudi, ‘Relatório’, p. 42.

⁵³ Cilmar Franceschetto. Victor Frond: o pioneiro da fotografia no Espírito Santo. In: Tschudi, *Viagem*, p. 123-152; ver também Segala, Lygia. *Prescriptive Observation and Illustration of Brazil: Victor Frond’s Photographic Project (1857-61)*. In: *Portuguese Studies*. Vol. 23, n. 1. 2007. p. 55-70.

⁵⁴ Uma interpretação recente das representações e percepções do Brasil no contexto da emigração alemã é ALVES, Débora Bendocchi. *Das Brasilienbild der deutschen Auswanderungswerbung im 19. Jahrhundert*. Berlin, Wissenschaftlicher Verlag. 2000.

⁵⁵ CARNEIRO, José Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Filosofia. 1950. p. 13. Na década dos 1870s, por exemplo, Pereira encarregou João Cardoso de Menezes com as *Theses sobre Colonização no Brasil*, nas quais este estudava as razões da má sorte do Brasil enquanto à atração de altos números de imigrantes europeus em comparação com países que se conseguiram este objetivo, como a Argentina e os Estados Unidos.

⁵⁶ ESPÍRITO SANTO [ES 1862]. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Espirito Santo no dia da abertura da sessão ordinaria de 1862 pelo presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Vitória: Typ. Capitaniense de P. A. d’Azeredo. 1862. p. 40-41.

⁵⁷ ES 1862, op.cit., p. 40.

⁵⁸ ES 1862, op.cit., p. 39.

res formas de apropriação de território vasto, habitado por índios, mas percebido como “vazio”, foram influenciadas, por um lado, pelo desejo de aumentar a fazenda provincial por via de impostos de exportação e, por outro lado, por opiniões estereotipadas e cada vez mais raciais, que viam a interiorização, a transformação das paisagens e o desenvolvimento de uma pequena agricultura como uma obrigação moral e como uma missão civilizadora. Mas não ficava claro se a colonização deveria preceder a frente econômica, ou se a infra-estrutura deveria preceder a frente demográfica. No fim do Império, embora os movimentos demográficos do centro para o sertão fossem bastante fortes, haviam ainda colônias estabelecidas diretamente nas margens do rio Doce, desta vez na maioria povoada por italianos e, mais tarde, por poloneses.

Durante a segunda metade do século XIX, o rio Doce tornou-se uma frente simbólica importante na imaginação da elite do Espírito Santo. Consistia de frentes incongruentes: Por um lado, os governos imperial e provincial tentavam criar uma frente pioneira estável onde a interiorização “automática” permanecia ausente. O governo central e a elite provincial coincidiam no seu interesse de destinar imigrantes ao interior, em vez de enviá-los a trabalhar nas fazendas de café no sul da provincial. Por outro lado, o governo empreendeu várias tentativas de transgressão dessa fronteira simbólica localizando assentamentos no meio do sertão sem infra-estrutura que lhes conectasse com os centros urbanos. Francilvânia é um de vários exemplos. Seu fracasso estabilizou ainda mais a geografia binária imaginada. Revela a importância das visões edênicas na formação da fronteira. Na década de 1870 começou-se com a planificação da Estrada de Ferro de Vitória a Minas. A esperança era que, se as colônias européias se conectassem a Vitória, a capital se desenvolveria finalmente como um centro de comércio e poder administrativo. E, além disso, pensava-se, a estrada de ferro faria com que desaparecesse o irritante “outro” – o índio Botocudo.

Artigo recebido em 23.08.2008 e aprovado em 12.12.2008.